

Mas, afinal, o que quer Portugal da União Europeia?



Licinia Simão

No dia 9 de junho, seremos de novo chamados a votar, então para a eleição de um novo Parlamento Europeu. Esse momento, que acontece a cada cinco anos, é a mais significativa via de participação popular e democrática na governação europeia. Ou seja, é a forma mais direta de os cidadãos e as cidadãs influenciarem as escolhas europeias.

E o momento atual tem muitas escolhas importantes a serem tomadas. A União Europeia (UE) a que Portugal aderiu, em 1986, mudou muito nestas quase quatro décadas e ganhou importantes competências. A UE tem hoje uma presença muito relevante na gestão da paz e da guerra, aprofundou competências em matéria de comércio, indústria, agricultura, educação, a ciência ou

investimento público, entre outras. O Governo português participa diariamente nas decisões que moldam a nossa vida coletiva à escala europeia, e essa participação, em democracia, requer cidadãos informados sobre as implicações da nossa ação e as opções que se nos apresentam. Embora muitos destes temas estejam no coração da campanha eleitoral em curso para as legislativas nacionais, a Europa tem estado ausente da campanha. Têm estado ausentes, também, as questões de política externa, de segurança e de defesa, como se Portugal não dependesse dos seus parceiros e do contexto externo para definir a sua posição nestas matérias.

Para contrariar esta distração coletiva em que nos encontramos, é necessário investir num debate esclarecido e democrático sobre a participação de Portugal no projeto europeu. O que quer, afinal, Portugal da UE? Contribuindo para esta reflexão, a Universidade de Coimbra realiza um ciclo de *Conversas sobre a Europa* (www.uc.pt/feuc/destaques/ciclo-de-conversas-sobre-a-europa/), estimulando o pensamento sobre outra construção europeia e os caminhos para Portugal definir aí as suas prioridades.

Uma reflexão desta natureza tem de começar pelos valores europeus, aquilo que

nos caracteriza e que guia a ação dos 27 Estados-membros. A coerência entre valores e interesses é possível e altamente desejável, já que o nosso principal interesse deveria ser viver num mundo de valores e princípios, incluindo o da dignidade humana, da justiça, do Estado de direito, da solidariedade, e do respeito pelos direitos humanos, tal como estipulado nos tratados europeus. Eleger um Parlamento Europeu que seja o guardião desses valores e que atue na sua capacidade de fiscalização das instituições europeias, é essencial. Inserir estes temas na campanha eleitoral nacional, também.

Outra dimensão essencial é conseguir definir prioridades de ação. A guerra, quando chega, transforma-se sempre uma prioridade, e a Europa deve saber equilibrar a sua solidariedade com a Ucrânia e a coesão da sua ação. Por outro lado, como igualmente assistimos, o extermínio a que os palestinianos estão sujeitos recorda-nos que os investimentos em defesa têm impactos nas sociedades e nas prioridades que definimos. Exemplo disso é a sociedade israelita, encurralada numa espiral militarista que impede alternativas pacíficas de florescer.

Mas as prioridades a que os líderes europeus têm de dar resposta são bem mais

próximas dos cidadãos portugueses do que a guerra. Como se faz a participação democrática na construção do projeto europeu, quando a polarização social acontece? Como podemos construir uma política europeia que marginalize os discursos radicalizantes, que valorize a diversidade e a promova? Como podemos imaginar que outra Europa é possível, assegurando que o projeto europeu responda às necessidades de todos os seus membros e cidadãos, sem deixar ninguém para trás? Como podemos ser solidários com quem procura a Europa e aqui quer viver?

Estas reflexões fazem parte das escolhas para as eleições legislativas e farão parte das eleições europeias também. Passados 50 anos sobre a Revolução dos Cravos, o século XXI obriga os cidadãos a terem um papel diferente daquele a que assistiram nas gerações anteriores, confirmando a roda da História. A reflexão sobre estes assuntos será fundamental na projeção da Europa num mundo ciclicamente novo, onde Portugal pode e deve participar.

Docente de Relações Internacionais na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra